Comunicação nos termos do nº 3 do artigo 19º do Regulamento nº 17 do Conselho (1) relativa ao processo IV/31.609 — Agence et messageries de la presse

(87/C 164/02)

1. A sociedade Agence et messageries de la presse, doravante designada por AMP, notificou em 18 de Julho de 1985, em conformidade com o artigo 5º do Regulamento nº 17, uma série de acordos relativos à distribuição na Bélgica da imprensa belga e estrangeira, a fim de obter um certificado negativo quanto à aplicação, a esses acordos, do artigo 85º do Tratado CEE ou, em alternativa, uma isenção, ao abrigo do nº 3 do artigo 85º, da proibição enunciada no nº 1 do mesmo artigo.

2. A Comissão enviou à AMP, em 18 de Outubro de 1985, uma comunicação das acusações que, com base no nº 6 do artigo 15º do Regulamento nº 17, lhe fazia. Este exame provisório por parte da Comissão incidia apenas sobre certos aspectos da notificação, designadamente os cinco critérios aplicados pela AMP, desde o início de 1983, aos pedidos de aprovação de pontos de venda da imprensa distribuída pela AMP na Bélgica. Dois destes critérios eram qualitativos e relacionavam-se com a capacidade profissional do retalhista e com a adequação do local. Os outros três critérios eram quantitativos e relativos à variedade permanente (número mínimo de títulos por ponto de venda), à implantação geográfica (distância mínima que deve separar dois pontos de venda) e às potencialidades (número mínimo de habitantes por ponto de venda); estes três critérios quantitativos, no seu conjunto, foram considerados incompatíveis com o nº 1 do artigo 85º, e não se afiguravam susceptíveis de poder beneficiar da isenção prevista no nº 3 do artigo 85º.

3. Em resposta a esta comunicação de acusações, a AMP indicou, por carta de 13 de Novembro de 1985, que abandonava os cinco critérios até então aplicados, que seriam substituídos, a partir de 12 de Novembro de 1985, por um único critério, o da existência de um volume de negócios mínimo. Por carta de 5 de Dezembro de 1985, a AMP notificou as suas novas condições gerais de fornecimento de imprensa, ligeiramente modificadas em relação às que enviara em 13 de Novembro de 1985. São estas novas condições gerais que doravante se aplicam às relações entre a AMP e os pontos de venda a retalho da imprensa que distribui.

Os autores da notificação

4. Duas filiais da AMP aderiram à notificação, bem como às suas modificações, tal como resultam dos textos comunicados à Comissão em 5 de Dezembro de 1985:

— a SA Librairie J. Bellens, de Liège, que actua como intermediária entre a AMP e um certo número de editoras, por um lado, e os retalhistas, por outro, em parte da província de Liège,

— a sociedade Internationale Boekhandel Distributiedienst, de Ostende, que exerce a mesma actividade na costa belga.

5. Segundo as suas próprias estimativas, o grupo AMP, filial do grupo francês Hachette, assegura, na Bélgica, mais de 35 % da distribuição aos retalhistas da imprensa estrangeira, a qual, por si, representa cerca de 20 % do total da imprensa distribuída na Bélgica. A AMP fornece mais de 4 000 dos cerca de seis mil pontos de venda actualmente existentes na Bélgica, ou seja, mais de dois terços.

Os acordos notificados

6. Da notificação e respectivas modificações resulta que os acordos notificados são actualmente de cinco tipos:

— as condições gerais de fornecimento de imprensa ao cliente dito «ordinário», isto é, ao retalhista que venda a imprensa num ponto de venda fixo,

— as condições gerais de fornecimento de imprensa ao cliente dito «entregador», isto é, ao cliente que efectua exclusivamente uma ou várias entregas de imprensa no domicílio do leitor (estas condições gerais são idênticas às aplicadas ao cliente «ordinário», salvo no que respeita às disposições relativas ao local do retalhista, que não são aplicáveis ao «entregador»).

— o contrato-tipo entre a AMP e os editores estrangeiros de semanários,

— o contrato-tipo entre a AMP e os editores estrangeiros de mensários, quinzenários, publicações bimestrais e outras (este contrato-tipo diverge do anterior unicamente por estas publicações não beneficiarem, ao contrário dos semanários, de isenção do IVA),

— os contratos entre a AMP e outros quatro depositários belgas.

7. Os acordos notificados podem pois ser divididos em três categorias:

— contratos entre a AMP e os retalhistas,

— contratos entre a AMP e as editoras estrangeiras,

— contratos entre a AMP e os grossistas belgas.

(1) JO nº 13 de 21. 2. 1962, p. 204/62.

As principais disposições de cada um destes acordos são as seguintes:

a) *Os contratos entre a AMP e os retalhistas*

8. A diferença essencial entre os novos contratos e os inicialmente notificados tem a ver com o facto de a AMP só aplicar doravante um único critério, o de um volume de negócios «líquido-mínimo-média», que é definido como o volume de negócios realizado pelo retalhista com a AMP, calculado com base no preço de cessão — sem IVA — da AMP, deduzidos os exemplares não vendidos. Distinguem-se a propósito duas situações: o período dito «inicial» e o período dito «ordinário».

9. Durante o «período inicial», com a duração de seis meses, o retalhista deve realizar com a AMP um volume de negócios líquido mínimo de, em média, vinte mil francos belgas por mês. Se o retalhista recorrer à organização da AMP para as recolhas e devoluções dos fornecimentos de imprensa, deve pagar um quantia mensal fixa de participação nas despesas, de dois mil francos belgas (sem IVA). Deve ser depositada, a título de caução, uma garantia mínima de vinte mil francos, que vence juros.

10. Durante o «período ordinário», distinguem-se três casos. Se o volume de negócios realizado pelo retalhista durante os primeiros quatro meses do período inicial ou, posteriormente, durante os primeiros dez meses do ano anterior, for inferior a vinte mil francos belgas, a AMP deixará de assegurar a aceitação da devolução dos exemplares não vendidos e o cliente deverá assegurar pessoalmente, exclusivamente à sua custa, as recolhas dos fornecimentos de imprensa. Se o seu volume de negócios for igual ou superior a vinte mil francos, mas inferior a cinquenta mil, aplica-se o sistema do período inicial (isto é, aceitação dos exemplares não vendidos e quantia fixa para as recolhas e devoluções dos fornecimentos). Se o volume de negócios do retalhista for igual ou superior a cinquenta mil francos, e o retalhista optar por recorrer à AMP para as recolhas e devoluções dos fornecimentos de imprensa, pagará uma quantia fixa no montante de 0,95 % do seu volume de negócios com a AMP.

11. Deve ser constituída uma garantia igual a metade do volume de negócios médio líquido mensal realizado nos primeiros quatro meses do período inicial, caso o cliente tenha optado, para o pagamento dos fornecimentos, pela fórmula de domiciliação de créditos; ou ao volume de um mês, caso o cliente haja optado pela fórmula de ordem de pagamentos por conta; a garantia pode, à escolha do cliente, ser entregue em numerário à AMP, vencendo juros, ou constituir-se sob a forma de garantia de um organismo financeiro.

12. As outras características essenciais destes contratos entre a AMP e os retalhistas, «ordinários» ou «entregadores», constavam já das antigas condições gerais, e dizem respeito, principalmente, a dois pontos. Por um lado, os retalhistas têm a obrigação de «se comprometer a não ceder a qualquer terceiro, e qualquer forma, a totalidade ou parte dos fornecimentos de imprensa, para efeitos de revenda». Por outro, os retalhistas têm também a obrigação de vender os fornecimentos de imprensa «exclusivamente aos preços públicos fixados pelos editores e/ou fornecedores e indicados pelo depositário».

13. A única diferença entre os contratos da AMP com os seus clientes «ordinários» e com os seus clientes «entregadores» reside no facto de o cliente «ordinário» estar sujeito a uma obrigação suplementar em relação ao «entregador»: deve vender a imprensa objecto de fornecimento unicamente no local comercial indicado aquando da assinatura do contrato. Se o retalhista pretender mudar de local, deve informar a AMP um mês antes da deslocação efectiva do seu ponto de vendas a assinar previamente com a AMP um novo contrato, com novo período inicial.

14. Pelo contrário, em caso de cessão do estabelecimento, o cliente «ordinário» e o cliente «entregador» estão sujeitos ao mesmo regime: o adquirente deverá assinar um novo contrato com a AMP, mas retomará a situação adquirida pelo vendedor, logo, sem novo período inicial.

b) *Os contratos entre a AMP e as editoras estrangeiras*

15. A AMP não notificou expressamente os contratos-tipo com as editoras estrangeiras de jornais diários, esclarecendo depois que raramente ocorre o caso de um novo contrato com uma editora de jornais diários. Na prática, os contratos com estas editoras são idênticos aos contratos-tipo concluídos com as outras editoras.

16. As disposições essenciais destes contratos são as seguintes: as editoras devem aceitar a devolução da totalidade dos exemplares não vendidos e conceder à AMP exclusividade de venda aos comerciantes de jornais na Bélgica; além disso, os contratos prevêem o montante do desconto, que varia segundo as editoras, efectuado sobre os preços de venda, fixados pela editora, não incluindo o IVA dos exemplares vendidos.

c) *Os contratos entre a AMP e os outros grossistas belgas*

17. As principais disposições que constam de cada um destes contratos são as seguintes: os grossistas devem abastecer-se exclusivamente junto da AMP, sem prejuízo de determinadas excepções, em relação às quais devem então abastecer-se directamente junto das editoras, sem qualquer intermediário; devem também comprometer-se «a respeitar os preços de venda fixados pela AMP» mas, quanto a este ponto, a AMP precisou em seguida que a formulação era inexacta e que esta obrigação se referia, na realidade, aos preços fixados pelas editoras.

As intenções da Comissão

18. A Comissão propõe-se tomar uma decisão de isenção em relação aos acordos notificados, reservando no entanto a sua posição no que se refere aos acordos celebrados entre a AMP e os editores de imprensa estrangeira, nos quais as diferenças dos preços praticados nos diversos Estados-membros para os jornais e periódicos são substanciais, e até à data não foram suficientemente justificadas. Esta decisão incluiria contudo duas condições, na acepção do nº 1 do artigo 8º do Regulamento nº 17. Estas duas condições respeitam aos contratos entre

os retalhistas e a AMP. A primeira condição, relativa à proibição de cessão a qualquer terceiro para efeitos de revenda, incidiria sobre a noção do terceiro: por «terceiro» haverá que entender qualquer pessoa exterior ao sistema de distribuição da AMP ou a um sistema de distribuição comparável existente noutros Estados-membros. (Seria portanto possível a cessão a qualquer outro retalhista servido pela AMP ou por grossistas comparáveis estabelecidos noutros Estados-membros). A segunda condição, relativa aos preços, consistiria em que a obrigação de vender a imprensa ao preço imposto pela editora (por intermédio da AMP) fosse interpretada no sentido de não obstar à liberdade de o retalhista vender, a preço inferior ao fixado pela editora para a Bélgica, os fornecimentos de imprensa adquiridos noutros Estados-membros da CEE (subentendendo-se que o seu fornece-

dor só pode ser um distribuidor aprovado no âmbito de um sistema de distribuição da imprensa).

19. Antes de tomar tal decisão, a Comissão convida os terceiros interessados a darem-lhe a conhecer as suas eventuais observações, no prazo de um mês a contar da data da presente publicação, remetendo-as sob a referência «IV/31.609 — AMP» para o seguinte endereço:

Comissão das Comunidades Europeias,
Direcção-Geral da Concorrência,
Direcção «Acordos, decisões e práticas concertadas e abuso de posições dominantes e outras distorções da Concorrência I»,
Rue de la Loi, 200,
B-1049 Bruxelas.

Comunicação das decisões tomadas no âmbito de diversos projectos de adjudicação no sector agrícola (azeite virgem)

(87/C 164/03)

(Ver comunicação no «Jornal Oficial das Comunidades Europeias» nº L 360 de 21 de Dezembro de 1982, página 43)

Adjudicação	Nº de adjudicação	Decisão da Comissão em	Preço mínimo de venda
Regulamento (CEE) nº 1013/87 da Comissão, de 8 de Abril de 1987, relativo à colocação à venda por concurso de azeite armazenado pelo organismo de intervenção português (JO nº L 95 de 9. 4. 1987, p. 9)	3	17. 6. 1987	Azeite virgem extra: Esc/100 kg Azeite virgem fino: Esc/100 kg Azeite virgem corrente: Esc/100 kg Azeite virgem lampante 5°: 29 055 Esc/100 kg
Regulamento (CEE) nº 1012/87 da Comissão, de 8 de Abril de 1987, relativo à colocação à venda por concurso de azeite armazenado pelo organismo de intervenção italiano (JO nº L 95 de 9. 4. 1987, p. 7)	3	17. 6. 1987	Azeite virgem lampante 5°: Lit/100 kg Óleo de bagaço de azeitona 10°: 150 335 Lit/100 kg
Regulamento (CEE) nº 1085/87 da Comissão, de 15 de Abril de 1987, relativo à colocação à venda por concurso de azeite armazenado pelo organismo de intervenção espanhol (JO nº L 104 de 16. 4. 1987, p. 44)	3	17. 6. 1987	Azeite virgem lampante: Pta/100 kg